

# ATAS

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA CÃ, n.º 2/AF/2025, de vinte e oito de junho de 2025**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas decorreu, no Edifício da Sede de Freguesia, a sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, estando presentes o Presidente da **Assembleia de Freguesia (AF)** Manuel Duarte Domingues, o Primeiro Secretário, **Clement dos Santos Cruz**, a segunda secretária **Joana Maria Gameiro Fernandes**, e os membros da Assembleia, **Manuel Lopes Jordão**, **Mónica Silva Rodrigues** e **Joaquim de Jesus Luís**, eleitos pelo partido PPD/PSD, **Liliana Adelina Gonçalves da Silva** e **Filipe Ribeiro Gonçalves** eleito pelo partido CDS-PP e **José Luís Lopes Brito**, eleito pelo partido PS.

Encontravam-se ainda presentes os membros da **Junta de Freguesia (JF)**, **Rogério da Conceição dos Santos** (Presidente), **Maria José Rodrigues Marques** (Secretária) e **Amílcar da Silva Fernandes** (Tesoureiro), para cumprimento da seguinte ordem de trabalhos:

### **Período de antes da ordem do dia**

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Leitura / resumo do expediente recebido;
3. Intervenções na generalidade;

### **Período da ordem do dia**

4. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 6 de maio a 23 de junho de 2025;
5. Apresentação da situação financeira da Junta de Freguesia em 31 de maio de 2025;
7. Deliberar sobre a concessão de autorização à Junta de Freguesia para contratar um advogado para estudar os contratos celebrados relativos à exploração da Pedreira da Sicó e apresentar um relatório sobre este assunto;
8. Marcação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, para apresentação, discussão e aprovação do relatório antes referido;

### **Período de intervenção e Esclarecimento ao Público**

9. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente da AF** deu início à sessão, quando eram vinte e uma horas e dez minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a presença do público, pedindo desculpa pelo pequeno atraso e por não ter estado presente na última AF por razões ponderosas e agradeceu ao Presidente de Junta e a toda a AF o modo com trataram um assunto pessoal relacionado com o falecimento da sua mãe e pelo minuto de silêncio. Referiu que tinha sido uma AF muito importante pois tinha sido discutido o assunto da pedreira embora sem nenhuma deliberação, pelo que nesta AF iriam deliberar sobre este assunto para defender os interesses da Freguesia pois é isso que está em causa. Explicou que tinha lido a ata e que tinha havido tanto da parte dos Membros como do público intervenções bastante importantes sobre este assunto. Em seguida cumpriu-se a ordem de trabalhos constante da Convocatória, conforme é referido a seguir.

### 1. Aprovação da ata da reunião anterior:

O **Presidente da AF** referiu que a ata tinha sido enviada atempadamente aos Membros da AF e colocou-a à discussão. Por não haver intervenções colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos membros **Mónica Rodrigues** e **Liliana Silva** por não terem estado presentes na Assembleia anterior, questionando se tinham lido a ata, para estarem por dentro do assunto discutido e que hoje vai ser levado a deliberação.

### 2. Leitura / resumo do expediente recebido:

O **Presidente da AF** referiu que tinham recebido um *mail* enviado pelo Sr. Ruben Rodrigues, que irá ser tratado no período da intervenção do público, por se tratar de um assunto que tem essa natureza. Informou ainda que foi entregue na Mesa da AF um abaixo-assinado com 377 assinaturas relacionado com a transformação do espaço florestal de recursos de produção florestal em espaço de exploração de recursos ecológicos. Referiu tratar-se de um assunto muito importante que tem sido discutido nas últimas AF, que não foi inserido na Convocatória por não ter chegado antes do envio da mesma e por isso poderia ser acrescentado na Convocatória se todos estiverem de acordo e pediu para que o abaixo-assinado fosse lido pelo 1º Secretário **Clement Santos** que cumprimentou todos os presentes e passou a ler o documento, o qual ficará anexo a esta ata e dela fará parte integrante.

O **Presidente da AF** retomou da palavra referindo que dele faziam parte 40 páginas de assinaturas e colocou à consideração dos membros da AF a introdução de um novo ponto para discutir e votar aquele assunto. Colocou à votação e foi aprovada por unanimidade a introdução do ponto **6- Deliberar sobre o abaixo-assinado enviado à Mesa da Assembleia de Freguesia contra a alteração de classificação das zonas de espaço florestal de produção florestal da Freguesia de Vila Cã**. Explicou que, assim, os pontos avançariam um lugar acabando no ponto 9 com a intervenção do público.

O membro **Liliana Silva** solicitou da palavra para questionar se haveria alguém em representação ao que o **Presidente da AF** respondeu que não tinha de haver uma vez que se tratava de um documento coletivo assinado por mais de 300 pessoas e não estando no abaixo-assinado ninguém nomeado para representar, os membros irão deliberar e votar conscientemente. E deu por encerrado este ponto.

### 3. Intervenções na generalidade:

O Presidente da AF abriu uma primeira ronda de inscrições, e informou que assuntos relacionados com a pedreira e com o abaixo-assinado seriam tratados em pontos autónomos e passou a palavra ao membro **Filipe Gonçalves** que cumprimentou todos os presentes e questionou qual as prioridades do Município quanto à realização das obras, expondo que estavam a decorrer as obras de requalificação da cidade de Pombal, que estava previsto uma urbanização junto à zona desportiva da Pelariga e quando é que vai chegar a requalificação de Vila Cã e se seria ainda neste mandato.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que cumprimentou O Presidente da AF e todos os presentes e agradeceu a presença do público apesar de ser pouco e

## ATAS



respondeu que as obras têm tardado a chegar, informando que iriam ter uma reunião com a secção de obras para a próxima segunda-feira, para falar sobre as obras do Largo do Freixo e explicou que tinha sido apresentado um primeiro projeto que não foi aceite e que posteriormente já tinham concordado com o projeto apresentado mas com algumas retificações, e agora já tinham conhecimento de um outro que iria ser apresentado na reunião referida. Afirmou que, se algumas pessoas que apareceram em algumas AF a "jogar areia para a engrenagem" não o tivessem feito, possivelmente o projeto já estaria em andamento e assim fizeram um favor ao Município, por ser um projeto caro. Ao negarem sem qualquer tipo de negociação atrasaram todo o processo. Referiu também o projeto do Parque Verde que já existia uma deliberação do Município para um pedido de um empréstimo que o incluía. Referiu ainda que futuramente iriam falar de algumas obras que serão incluídas no PIRIF e com recursos da Junta. Acrescentou ainda que acreditava que as obras do Município iriam sair, mas que não sabia dizer se ainda seria neste mandato.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que era estranho o facto de as obras da entrada da Freguesia estarem paradas e o porquê de demorarem tanto tempo, questionando se o Presidente de Junta sabia a razão ao que o **Presidente da JF** respondeu que as informações que tinha era que o empreiteiro tinha pedido para adiar a conclusão daquelas obras por mais algum tempo, não sabendo se corresponderia à verdade. Expôs ainda que a nossa Freguesia não seria das mais prejudicadas em relação a obras, apesar de não terem sido satisfeitas todas as nossas pretensões, mas que na verdade a Câmara Municipal tem investido bastante dinheiro na nossa Freguesia, desde a compra de imóveis, aos kms de asfalto, e os projetos do Largo do Freixo e do Parque Verde que são projetos adjudicados e que têm a ver com a preparação das obras. Explicou que no privado não estamos habituados a esperar tanto tempo, mas que nas obras públicas será assim. Quanto à Pelariga disse que era um projeto que vinha já do mandato anterior. Explicou ainda que quando chegaram não havia um único projeto, nada onde pudessem começar a dar andamento a um processo e que tudo o que está feito e planeado tinha sido trabalho dos últimos 3 anos e meio e que o que estava feito tinha sido feito pela Junta e pelo Município.

O **Presidente da AF** passou a palavra à membro **Liliana Silva** que cumprimentou todos os presentes e referiu que era com alguma tristeza que se continuava a ouvir as lamentações e a sentir que não se conseguia enquanto AF fazer pressão e negociação necessária para se levar a adiante e ir de encontro aos objetivos comuns de todos os membros desta AF, sobre tudo quanto à requalificação da Sede, que na sua ótica não seria necessária uma intervenção megalómana nem todo este processo que se anda a enrolar envolto em muito desgaste de recursos. Referiu que conseguimos o multibanco e as passadeiras ao fim de 8 anos, deixando para trás uma falsa sensação de segurança na Sede. Quanto ao Parque Verde disse já existir a intenção dele, inclusive terrenos adquiridos e que o Centro Escolar ainda nem sequer tinha sido inaugurado, considerando que em Vila Cã continuamos com um ritmo que não era o suposto. Referiu ainda que quanto aos cuidados de saúde temos uns cidadãos muito pacatos e que lhe tinha custado algumas afirmações de pessoas em relação à publicação do Pombal Jornal, onde sentiam que tinham sido esquecidos e tínhamos ficado para trás, por não haver entendimento entre as Freguesias e que Vila Cã teve as costas voltadas das outras Freguesias

em relação à saúde. Quis deixar a preocupação na AF, referindo que hoje tinha sido um dia triste pela sepultura de uma jovem que tinha perdido a sua vida na IC8, estrada que já tinha roubado a vida a muita gente, e que Ansião e a força política que representa já tinham pressionado para a requalificação do troço de Pombal – Ansião, pedindo que não se esqueçam que é uma estrada cheia de perigos, apesar das melhorias com a reorganização do traço continuo, mas continuamos com este problema e que não estavam a fazer tudo o que está ao alcance e que a AF também poderia fazer pressão nesse sentido.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que o Centro Escolar tinha sido terminado no mandato anterior e questionou o porquê de não ter sido inaugurado nessa altura se a própria até era presidente da AF e não tinham feito pressão nesse sentido, ao que o membro **Liliana Silva** respondeu que nem sequer tinham sido ouvidos nesse tema, e que provavelmente a obra não estaria completa.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que respondeu que quando entraram deram uma ideia de um projeto para a sede que se tratava realmente de uma obra ambiciosa, mas que os Vilacanenses mereciam e que o processo se tinha enrolado muito apesar de já terem descido “vários degraus” na qualidade e tamanho da obra, que tinham aceite um projeto com várias correções mas que efetivamente não era o projeto que gostariam, e que tudo fizeram para que a obra já decorresse mas que não tinham conseguido, no entanto pode estar eminente. Referiu que tinham sido criticados anteriormente pela aquisição de terrenos, mas a verdade é que sem terrenos não há projetos nem obras, e que quanto à obra do polo escolar a parte da aquisição de terrenos teve algumas complicações o que atrasou o processo e que a obra já estava adjudicada, apenas tinha a ver com problemas de coordenação de segurança. Explicou que enquanto executivo consideram que se somarem todos os valores e obras em curso, não se encontram tão dececionados. Referiu que era a primeira pessoa a reclamar da forma como a saúde está a ser conduzida em Vila Cã e recordou que o Executivo defendia uma unidade de saúde gigante que reunisse várias freguesias e várias valências como raio x, dentista, psicóloga, entre outras e que tinham recebido resposta positiva, mas posteriormente percebeu-se que outras forças maiores se moviam e que não interessava fazer. Foi-nos posteriormente dito que iríamos para Abiúl, e que ele próprio tinha demonstrado que não estávamos confortáveis e não concordavam em ir para um centro de saúde construído há 15 anos e que as outras freguesias tinham um centro de saúde novo, explicando que apesar de demonstrar a sua discordância não tinha poder para reverter situações decididas a nível nacional e recordou a situação de lhe terem ligado a uma sexta-feira dizendo que na segunda-feira todos os meios iriam mudar-se para Abiul e após muita insistência e diligências conseguiram inverter e que lhes tinha sido prometido que iriam ter um médico, concordando que perante o sistema teríamos de agrupar serviços e que o melhor seria um centro de saúde com médico permanente, o que infelizmente não se conseguiu.

Quanto ao IC8 tem sido um assunto debatido com pessoas de influência das Infraestruturas de Portugal e que estava em cima da mesa a discussão entre o requalifica o IC8 ou construir um paralelo e lamentou a morte da jovem e as diversas mortes ocorridas nesta estrada, dizendo que teria de haver coragem política para resolver esta questão.

## ATAS

O **Presidente da AF** retomou da palavra lamentando também a morte da jovem e esperando que haja bom senso na resolução do problema tal como o exemplo da estrada entre Louriçal e Pombal que reduziu os seus sinistros com a colocação dos separadores centrais, sendo o objetivo das autarquias tornar a vida dos cidadãos melhor e mais segura. Passou a palavra ao membro **Filipe Gonçalves** que referiu que a requalificação do centro de Vila Cã já é um projeto antigo e que só perante essa obra é que Vila Cã poderá crescer tanto a nível de investimento, como de visitas, como habitacional considerando que a primeira obra apresentada seria a melhor obra possível a acontecer. Questionou se a obra da Pelariga seria uma prioridade para o Município ou se a obra da sede de Vila Cã não seria mais prioritária. Quanto ao IC8 disse que todas as estradas são perigosas que é uma questão de civismo e que o melhor seria haver lombas e separadores centrais.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que reconheceu o bom senso do membro Filipe que sempre defendeu o projeto da Sede.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao membro **Liliana Silva** que questionou se o projeto apresentado não tinha ido avante porque algumas pessoas da freguesia que eram contra, tinham conseguido o seu impedimento e que a própria não tinha tido qualquer intervenção negativa e contrária.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que não iria mencionar nomes e que numa AF onde se apresentaram os projetos de requalificação da sede e entrada do IC8 havia pessoas contra e que desde o início da apresentação do projeto foi nomeada a Dra. Isabel Marto para acompanhar todo o processo e que nas apresentações, as pessoas que eram contra tinham manifestado a sua opinião de modo barulhento sendo o que prevaleceu perante o Município.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao membro **Mónica Rodrigues** que referiu que todos ansiavam esta obra que realmente poderia trazer mais-valias para Vila Cã e referiu que estava à venda um terreno no Gonçalvinho, com muitas potencialidades para ser urbanizado e daria um ótimo loteamento até para os jovens. Expôs ainda que estava disponível por parte da Câmara um transporte para facultar às Juntas para transporte de pessoas, questionando se a Junta tinha conhecimento e quais as condições.

O tesoureiro **Amílcar Fernandes** interveio dizendo que o terreno estava muito caro.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que agradeceu as informações sobre o terreno uma vez que vem de encontro às ideias e planos para Vila Cã, tal como os terrenos que a Junta já detém, nomeadamente junto ao polo escolar com esse intuito e que inclusivamente o deputado João Santos já se encontra em avisado para que quando aparecerem fundos do Estado para custear a habitação de custos controlados, Vila Cã já está preparada para avançar uma vez que os terrenos junto ao polo escolar até à vinha são terrenos da Junta e da Câmara Municipal, uma vez que a fixação de pessoal é uma prioridade para Vila Cã. Voltou a referir a questão da saúde explicando que quando transmitiu à Presidente de JF de Abiúl, o descontentamento com a ida para um centro de saúde com 15 anos a mesma lhe tinha dito que tinham um terreno muito bom no Casalinho e que o próprio lhe respondeu que seria um pouco desfasado e iria descentralizar as pessoas ao que surgiu a ideia de tentar então fazer obras na Casa do Povo de Abiúl, mas o PRR já estava fechado.

O **Presidente da AF** passou a palavra à secretária **Maria José Marques** que explicou que se tratava do “transporte flexível a pedido” que irá passar por um período experimental inicial de 6 meses, abrangendo as Freguesias de Vila cã, Santiago, Albergaria e Abiúl, começará em 1 de setembro e tem um contacto para onde as pessoas ligam e solicitam tratando-se de um acordo entre o Município, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e 10 taxistas. Isto terá um custo para as pessoas só que será ao custo de um outro transporte público, havendo um período experimental.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que o tempo deste período tinha terminado, mas podíamos continuar, mas o membro **Filipe Gonçalves** pediu apenas para concluir felicitando a ideia da Mónica, mas referindo que só apenas a conclusão das outras obras prioritárias.

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da AF** deu por encerrado este ponto.

#### **4. Informação do Senhor Presidente da JF acerca da atividade desenvolvida desde 6 de maio a 23 de junho de 2025;**

O **Presidente da AF** deu início a este ponto e passou a palavra ao **Presidente de Junta** que leu o seu relatório sobre as atividades desenvolvidas desde a última Assembleia de Freguesia, de acordo com o documento que tinha sido enviado aos Membros da Assembleia de Freguesia, que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante.

Fez especial referência às intervenções que irão ser realizadas a curto prazo, que será a pintura do edifício sede e limpeza do telhado e do cemitério de Vila Cã, bem como a construção de muro de suporte junto ao cemitério da Fontinha construindo um parque de estacionamento e pintura dos muros existentes, obra já entregue. Explicou que também já estava adjudicada a substituição das mesas do parque de merendas do Viuveiro, que serão feitas de cimento a imitar madeira e que a substituição não será mais rápida pois a empresa não tem disponibilidade. Pedimos orçamento para substituir o parque infantil do ATL e possivelmente o aumento do seu tamanho com mais brinquedos. Pedimos orçamento para construir gavetas no espaço da encomenda de corpos, que é a valência que falta neste momento no cemitério. Explicou que a reunião no Centro de Saúde de Abiúl teria sido para lhe mostrar as instalações e voltou a reforçar que não estava confortável em ir para Abiúl sem novas tecnologias o que levaria 40% do investimento de uma nova infraestrutura. Explicou que tinham adquirido um kit de primeira intervenção de incêndios, mas que iria ser substituído por não ser o que tinham encomendado.

O **Presidente da AF** retomou da palavra questionando se algum membro pretendia intervir, apesar do ponto ser apenas informativo, não havendo intervenções o membro **Liliana Silva** solicitou da palavra referindo que teria de se ausentar por outro compromisso agradecendo a compreensão e o **Presidente da AF** deu o ponto como encerrado.

#### **5. Apresentação da informação financeira da Junta de Freguesia em 31 de maio de 2025;**

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente de JF** que informou que tínhamos 3 946.72 € em caixa, de fundo de maneio tínhamos 125€, total de 4.071,72€. Na Caixa Geral

## ATAS

de Depósitos 23 156.97€, na Caixa Agrícola em depósitos à ordem 116.922,87€ e um depósito a prazo de 250 mil €, o que perfaz um total bancário de 390 079.84€.

Quis reforçar que a Junta tem gasto muito dinheiro nomeadamente em terrenos 55 mil mais 30 mil, milhares de litros de gasóleo, considerando assim que têm feito uma gestão rigorosa dos valores da Freguesia.

O **Presidente da AF** retomou da palavra questionando se algum membro pretendia intervir, reforçando a boa situação financeira da Junta e a sua gestão criteriosa e rigorosa e a questão da Junta estar a juntar dinheiro para posteriormente poder fazer investimentos, seria de lamentar era se houvesse falta de dinheiro e que em tempos anteriores a situação não era esta, apesar dos investimentos e obras a acontecer e passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que tinham obras delineadas para investir o dinheiro, que as obras referidas serão incluídas no PIRIF e que a Câmara apenas suporta 80% da despesa total e falou na questão de estarem preparados para a substituição do autocarro, que já começa a dar muitos problemas, com um investimento acima de 100 mil euros apesar das diligências que serão tomadas a fim de obter uma ajuda da parte do Município.

O membro **Filipe Gonçalves** solicitou da palavra congratulando a Junta pela boa gestão e considerando pelo crescente saldo que conseguiremos em pouco tempo avançar com as obras sem necessitar do Município.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que só a requalificação da Sede acarretará um investimento de cerca de 2 milhões de euros e com cerca de 300 mil não conseguiremos sem a ajuda do Município e passou a palavra ao **Presidente de JF** que voltou a contar o episódio de uma reunião de Presidentes de Junta onde um Presidente de Junta estava a reclamar de defeitos em obras ao que o próprio respondeu que em Vila Cã não tinham defeitos em obras por não as terem e mostrou uma foto de uma capa de jornal onde dizia que o Município já tinha investido naquela freguesia cerca de 9 milhões de 2013 a 2016 e naquele momento já ia em 13 milhões sugerindo que se divide-se o valor pelo nº de habitantes e multiplicasse por 1600 que é o número de habitantes de Vila Cã e que vissem quanto é que o Município deve a Vila Cã, ao que o Presidente de Câmara respondeu que *“amanhã serão os seus colegas a falar de Vila Cã, o que você está a falar agora”* e respondeu ao membro que a Câmara tem de investir em Vila Cã tal como fez nas outras, e que a freguesia não pode fazer essas obras. O **Presidente da AF** deu o ponto como encerrado.

### **6. Deliberar sobre o abaixo-assinado enviado à Mesa da Assembleia de Freguesia contra a alteração de classificação das zonas de espaço florestal de produção da Freguesia de Vila Cã;**

O **Presidente da AF** deu início ao ponto explicando que o espaço de produção florestal atualmente existente iria ser reclassificado para espaço de exploração de recursos geológicos (caulinos) e que é contra essa questão que se realizou o abaixo-assinado e passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que se criou uma comissão de defesa do nosso território, a qual conseguiu uma recolha de cerca de 370 assinaturas, exatamente para se fazer pressão junto do Município para não se alterar a classificação do solo, o que seria muito prejudicial para

de Depósitos 23 156.97€, na Caixa Agrícola em depósitos à ordem 116.922,87€ e um depósito a prazo de 250 mil €, o que perfaz um total bancário de 390 079.84€.

Quis reforçar que a Junta tem gasto muito dinheiro nomeadamente em terrenos 55 mil mais 30 mil, milhares de litros de gasóleo, considerando assim que têm feito uma gestão rigorosa dos valores da Freguesia.

O **Presidente da AF** retomou da palavra questionando se algum membro pretendia intervir, reforçando a boa situação financeira da Junta e a sua gestão criteriosa e rigorosa e a questão da Junta estar a juntar dinheiro para posteriormente poder fazer investimentos, seria de lamentar era se houvesse falta de dinheiro e que em tempos anteriores a situação não era esta, apesar dos investimentos e obras a acontecer e passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que tinham obras delineadas para investir o dinheiro, que as obras referidas serão incluídas no PIRIF e que a Câmara apenas suporta 80% da despesa total e falou na questão de estarem preparados para a substituição do autocarro, que já começa a dar muitos problemas, com um investimento acima de 100 mil euros apesar das diligências que serão tomadas a fim de obter uma ajuda da parte do Município.

O membro **Filipe Gonçalves** solicitou da palavra congratulando a Junta pela boa gestão e considerando pelo crescente saldo que conseguiremos em pouco tempo avançar com as obras sem necessitar do Município.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que só a requalificação da Sede acarretará um investimento de cerca de 2 milhões de euros e com cerca de 300 mil não conseguiremos sem a ajuda do Município e passou a palavra ao **Presidente de JF** que voltou a contar o episódio de uma reunião de Presidentes de Junta onde um Presidente de Junta estava a reclamar de defeitos em obras ao que o próprio respondeu que em Vila Cã não tinham defeitos em obras por não as terem e mostrou uma foto de uma capa de jornal onde dizia que o Município já tinha investido naquela freguesia cerca de 9 milhões de 2013 a 2016 e naquele momento já ia em 13 milhões sugerindo que se divide-se o valor pelo nº de habitantes e multiplicasse por 1600 que é o número de habitantes de Vila Cã e que vissem quanto é que o Município deve a Vila Cã, ao que o Presidente de Câmara respondeu que *“amanhã serão os seus colegas a falar de Vila Cã, o que você está a falar agora”* e respondeu ao membro que a Câmara tem de investir em Vila Cã tal como fez nas outras, e que a freguesia não pode fazer essas obras. O **Presidente da AF** deu o ponto como encerrado.

#### **6. Deliberar sobre o abaixo-assinado enviado à Mesa da Assembleia de Freguesia contra a alteração de classificação das zonas de espaço florestal de produção da Freguesia de Vila Cã;**

O **Presidente da AF** deu início ao ponto explicando que o espaço de produção florestal atualmente existente iria ser reclassificado para espaço de exploração de recursos geológicos (caulinos) e que é contra essa questão que se realizou o abaixo-assinado e passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que se criou uma comissão de defesa do nosso território, a qual conseguiu uma recolha de cerca de 370 assinaturas, exatamente para se fazer pressão junto do Município para não se alterar a classificação do solo, o que seria muito prejudicial para

## ATAS

que iriam votar era dar poderes à Junta para contratar um advogado para fazer um relatório que do ponto de vista jurídico enquadre esta situação e retire todas as dúvidas e lembrou que foram eleitos democraticamente para defender os interesses da Junta de Freguesia sendo esse um dever sagrado. Lembrou ainda que no mandato anterior tinha sido pedida uma auditoria que tinha custado 5 mil euros, e que tinha sido aceite pela AF sem tirar conclusões, sem se perceber se tinha havido desvios, se a Junta tinha estado bem ou não. Explicou ainda que com todos os documentos que a Junta detém, qualquer advogado consegue fazer uma análise, e que iria apresentar um relatório escrito, que terão acesso antes da AF extraordinária que será marcada, e que será depois discutido e votado e que terão depois a responsabilidade de aprovar ou alterar a opinião do advogado e nessa função a AF é um órgão soberano com competência para tomar decisões e votar. Acrescentou ainda que os cidadãos também têm o direito de saber o que se passa e passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que se assim o entenderem contrata-se um advogado pois o próprio não tem conhecimentos jurídicos para emitir uma opinião, mas que não se pode fechar os olhos ao assunto, uma vez que já veio a AF várias vezes e que farão o que for possível. Referiu que após emissão do parecer o mesmo será tornado público e tudo será clarificado.

O **Presidente de AF** retomou da palavra, explicando que a Secretária mesmo sendo jurista não pode emitir parecer por ser parte interessada e questionou se algum membro pretendia intervir, inscrevendo-se o membro **Filipe Gonçalves** que questionou se nos 5 mil euros gastos na auditoria, que não trouxe resultados, se já seria expectável esse resultado e se com este advogado existem perspectivas de bons resultados para a nossa Freguesia ao que o **Presidente da AF** respondeu que quanto às perspectivas da AF que aprovou a auditoria, não poderia responder, mas que o problema estava em quem aceitou a auditoria mesmo ela não trazendo resultados, considerando que não serviu para nada, quanto a este trabalho com o advogado referiu não ter dúvidas que se se fugir ao assunto ou não se chegar a resultados colocariam em causa o pagamento. Mas que a convicção é que o advogado contratado escreva o que se passa, se existem irregularidades e que o relatório será enviado com antecedência. Mas, depois, corrigiu afirmando que se poderia pôr em causa a divulgação prévia e se se mantiver o relatório secreto até à AF que se irá marcar, teremos uma deliberação independente e sem interferências. Referiu que iriam ponderar, mas que provavelmente só iriam dar conhecimento apenas no dia da AF por ser um assunto sensível, para não se tomar partido por coisa alguma. Expôs ainda que se a AF tomar uma decisão e a empresa se sentir prejudicada poderá recorrer aos tribunais. Reforçou mais uma vez que todos os membros da AF têm o dever e obrigação de votar e defender os interesses da Freguesia e passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que seria obrigação clarificar a situação, se existem responsabilidades ou irregularidades, mas que não conseguiam garantir que o parecer fosse favorável à Freguesia. O **Presidente da AF** retomou a palavra, explicando que não poderiam tomar uma decisão tão complexa e complicada e com tanta responsabilidade para Freguesia.

O membro **Filipe Gonçalves** solicitou da palavra questionando se houvesse um prejuízo para a empresa, se mesma poderia seguir para tribunal ao que o **Presidente da AF** respondeu que sim em caso de haver razões para isso e realçou que estas dúvidas são a favor da Junta e por isso não poderiam ficar quietos e passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que em

função do parecer e da decisão, será a AF que se irá pronunciar em relação ao próximo passo e a Junta terá forçosamente de dar andamento aos próximos passos, porque se os anteriores Executivos tivessem levado o assunto à AF tal como o contrato, hoje não estaríamos a discutir este assunto.

O membro **Manuel Jordão** solicitou da palavra dizendo que ao saberem que não há clareza estavam a ser cúmplices com a situação criada por isso era bom clarificar e avançar caso haja motivos para isso.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que quando houver votação não poderá haver dúvidas e que será uma responsabilidade da qual não se poderão divorciar.

Colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade e por minuta e deu o ponto como encerrado.

#### **8. Marcação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, para apresentação, discussão e aprovação do relatório antes referido;**

O **Presidente da AF** começou por explicar que temos as quatro assembleias normais, ordinárias, que são feitas no final dos meses de abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, devido ao mapa financeiro que só é feito pela contabilidade nessa altura. Assim tendo em conta o assunto do ponto anterior propôs, após acordo com o Presidente de Junta, a marcação de uma AF para o dia 19 de julho de 2025 pelas 21h00, mas que não poderá ter a intervenção do público por ser extraordinária.

O membro **Filipe Gonçalves** solicitou da palavra questionando se esta AF será para o advogado apresentar o seu relatório, e se não seria um curto espaço de tempo. O **Presidente da AF** respondeu que terá de ser apresentado nesse dia e que não será entregue antes da AF por sigilo e para evitar discussões em privado e possíveis problemas se o resultado for complicado, mas garantiu que o relatório será entregue em mãos e que ninguém votará sem estar bem esclarecido. A questão será avaliar se tudo foi bem feito, se as atas foram bem feitas e se se cumpriu tudo e terão todas as informações para se clarificar o assunto. Esclareceu que será colocado na convocatória um ponto com o que será feito, como por exemplo dar poderes à Junta para falar com a empresa numa primeira fase e garantiu que o próprio e o Presidente de Junta farão o melhor pela Freguesia. Referiu ainda que as contas das empresas são públicas e que com 5€ se paga o IES e se consegue ter acesso facilmente, já o fundamento legal e a forma de resolver o problema já deverá ser bem fundamentado juridicamente, e por isso devem estar legalmente assessorados, juridicamente e quem irá representar irá estar em AF para esclarecer, onde poderão fazer todas as perguntas sobre o assunto. Explicou ainda que não irá tomar parte na votação, pois já prestou serviços para aquela empresa em tempos anteriores, mas também não acha justo ter de abandonar a AF por conflito ético, ou seja, considerou ter obrigação de continuar como Presidente da AF, de conduzir os trabalhos, fazer as votações, mas não tomar parte delas, tal como o Presidente de Junta. Sugeriu que os elementos fizessem declarações de voto, caso votem contra as conclusões que o advogado chegue. Refletiu ainda que as sessões são públicas e que a população tem o direito de saber o que se passa, mesmo a matéria sendo complicada, teriam de a tratar, sendo nossa obrigação como membros da AF e para não serem acusados como uma Junta que “se esteve nas tintas”

## ATAS

mesmo sendo um assunto sensível para em termos profissionais e pessoais e para o Presidente de Junta por motivos pessoais, sendo um dever cívico e por terem sido eleitos para isso e caso contrario seria defraudar os nosso fregueses. Reforçou que a votação se tratava da concessão de autorização à Junta de Freguesia para contratar um advogado para estudar os contratos celebrados relativos à exploração da Pedreira da Sicó e apresentar um relatório sobre este assunto. Explicou que ele irá estudar todos os contratos desde o primeiro, feito há 35 anos, com os 5%, o qual foi muito bem redigido, as diversas atas de deliberações e outros documentos importantes e reconheceu que tinham consciência da situação apesar de não poderem divulgar a situação ou dizerem se “é branco ou preto”.

O membro **Joana Fernandes** solicitou da palavra referindo que considerava que 3 semanas seria um prazo curto para analisar toda a situação ao que o **Presidente da AF** respondeu que seria esse o prazo que ia ser dado ao advogado e que no fundo se tratava de uma situação simples pois tínhamos um contrato, uma escritura e dúvidas e que assim sendo combinavam a AF para o dia 19 de julho.

Pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

O membro **Clement Santos** interveio alertando para o facto de não poder estar presente nesse dia ao que o **Presidente da AF** respondeu que quem pudesse estar seria importante, mas que era difícil encontrar uma data consensual para todos, apesar de ser pena de o Clement não poder estar por ter feito parte da Junta na altura da tal ata. Agradeceu ainda a paciência de todos os que estão a assistir e não podem intervir e deu força a quem gosta de intervir que integre uma lista e se candidate à nossa Junta e deu o ponto por encerrado.

### **9. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã;**

O **Presidente da AF** deu início ao ponto referindo que na última AF tinha havido intervenções que ultrapassaram o tempo regimental e explicou que este período não servia para o público dar opinião, ou apenas sucintamente, mas sim para fazer perguntas ao Executivo. Referiu que houve uma intervenção em que foi referido que a culpa destes problemas era dos Vilacanenses, uma vez que a Junta anterior tinha tido a maior maioria de sempre, considerando ser uma conclusão abusiva pois quando as pessoas votam é em boa fé e convencidos que quem é eleito cumpre o dever, se não cumpre o problema não é de quem votou mas sim das pessoas que abusam da confiança que lhes foi concedida para aquele mandato, reforçando que este grupo não o fazia pois discutiam tudo com grande transparência e toda a lealdade e aproveitou para felicitar e agradecer ao Clement, pela forma como tinha conduzido a AF passada. Explicou ainda que o público pode intervir sobre os assuntos discutidos e concordar ou discordar e que é um ponto muito importante para todos.

Abriu então uma primeira roda de inscrições tendo-se inscrito **Ludgero Gameiro** que cumprimentou toda a AF e todos os presentes e começou por congratular a Junta de Freguesia por terem tratado do tema das passadeiras que faltavam e quis deixar uma palavra à AF referindo que os seus membros deveriam escrutinar mais o que se passa na Freguesia e ser mais interventivos e entrar em questões e levantar dúvidas para que não haja tantos boatos

sobre determinadas coisas. Questionou no seguimento do Kit combate a incêndios primários, se a Junta não via com bons olhos a hipótese de existirem nos vários lugares, também patrocinados pelo Município de Pombal, atrelados com reservatórios de 1000 L com uma bomba, distribuídos a pessoas desses lugares que tenham formação, para fazerem parte de uma força de primeira intervenção a nível de proteção civil. Sobre a questão dos caulinos, referiu que a Ucrânia era a primeira produtora mundial desta matéria e devido às circunstâncias deixou de o ser e por isso também se está a virar para Portugal que era o 7º produtor mundial, e assim sugeriu que leiam, no portal participa, para poderem perceber, o que é um estudo de impacto ambiental que a lei pede ao promotor que o faça. Resumidamente esse estudo diz que está tudo bem porque no fim o promotor vai repor tudo como estava, isto para vermos ao que podemos chegar se permitirmos que o nosso território possa ser esventrado, tal como as notícias que têm decorrido das vagas de calor que tem ocorrido muito devido à desflorestação. O **Presidente da AF** retomou da palavra aludindo que quanto aos membros da AF mais interventivos, referiu que não são profissionais da política e que os cidadãos é que devem trazer as suas preocupações para que possam ser resolvidos, tal como sempre foi desafiado pelo Presidente de Junta e que não é possível andar sempre a fiscalizar a Freguesia, quanto aos boatos disse não saber do que se trata, mas as pessoas podem sempre comunicar os seus problemas e passou a palavra ao **Presidente da JF** que concordou com o referido pelo Presidente da AF e explicou que nas várias reuniões para a criação da defesa dos caulinos, que o próprio pretendia que se tivesse criado uma associação vinculativa e devidamente organizada de defesa do território, que pudesse depois ajudar muito a Freguesia, estando em cima dos problemas da mesma trazendo isso à AF, e deu o exemplo da questão do contrato da pedreira que já poderia ter sido trazido e debatido. Explicou que quando este Executivo entrou e se começou a falar do caminho alternativo à pedreira, que tinham tido uma reunião com parte das pessoas da serra para se criar uma comissão de defesa, mas as pessoas nem sempre gostam de dar a cara e disponibilizar tempo. Deu também como exemplo os licenciamentos de caulinos já dados em 2009 que com esta associação poderia já ter conhecimento, intervindo e invertendo esse licenciamento. Reforçou que essa intervenção deve ser expandida ao povo que deve estar atento, informado e participativo. Quanto ao Kit, referiu que nos dias mais críticos o pessoal da Junta estará em vigilância mais na zona de Pipa e Viuveiro e que a GNR também costuma participar dessa vigilância, para além da parceria com o posto de vigia, mas que a questão dos depósitos será uma questão a ponderar.

O **Presidente da AF** retomou da palavra passando a palavra a **Casimiro Mendes** que cumprimentou todos os presentes e referiu que na sua zona de residência onde existem rebanhos de ovelhas, deveriam ser sinalizadas como zona de animais devido ao movimento que ali existe. Questionou também se já tinham comprado a restante parcela de terreno que o antigo presidente Jorge Silva tinha adquirido indiviso, se já se poderia construir. Referiu ainda conhecer muito bem a serra, inclusive os limites da Freguesia e que a mesma se encontrava totalmente desprezada e a tornasse numa selva e que deveriam intervir nela, sugerindo que se fizesse um parque para a pessoas desfrutarem. Falou do ramal que vem da pedreira ao Vale onde deveriam limpar as bermas com cerca de 20 ou 30 m pois o fogo pode atacar e ser difícil de combater e que inclusivamente muito do rendimento vem da serra.

## ATAS



O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que supunha que o sinal seria para junto à ponte e que iriam tomar diligências junto do Município que é o órgão competente. Quanto ao terreno indiviso explicou que já se tinha adquirido e que no meio tinha mais um com 800m onde tinha uma casa no meio do caminho que teve de ser retirada para se poder alargar e asfaltar. Quanto à serra referiu que já se limparam 25 hectares, apesar de ainda faltar limpar muito mais, e que só de baldios temos mais de 100 hectares. Explicou que o processo de limpeza da serra é muito sensível e que concorda que a serra não foi bem tratada na altura em que era Presidente da Sicoense, após ganharem o orçamento participativo de 70 mil euros que foi conduzido para outro local. Explicou que quanto à Aldeia do Vale tiveram uma reunião com simulacro de incêndio com todas as equipas de prevenção, bombeiros, proteção civil para dar seguimento a um projeto chamado “Aldeia Segura” que não teve andamento, ao que a Junta se disponibilizou para limpar a envolvente da Aldeia do Vale e ficou de a Associação do Amigos da Aldeia do Vale, identificar todos os proprietários dos terrenos que confiam com a Aldeia do Vale, à qual ainda estamos à aguardar, reforçando não ser uma situação que passou despercebida. Quanto à serra, referiu que estava desprezada quando este Executivo entrou, que a estrada tinha buracos de 80cm de profundidade e que atualmente fazem manutenção frequente com a motoniveladora, tal como a abertura de caminhos que já tinham sido solicitados há muito tempo a atrás. Explicou que estavam em falta com a Sicoense e com o Manuel Luís, responsável pelas caminhadas, para a abertura de um trilho que existia antigamente o qual também já foi dado conhecimento ao Eng.º André Sintra. Referiu ainda um projeto que têm há cerca de 3 anos para a *Feira dos 14*, uma vez que não tem mercado, transformando-a num espaço de entrada da Serra com Btt, caminhadas, caravanas, mas que será uma obra do Município e por isso não depende do Executivo, apesar de já terem pedido orçamento para o projeto.

O cidadão **Casimiro Mendes** retomou da palavra dizendo que a *Feira dos 14* não funciona porque os agricultores do concelho de Pombal estão desprezados, mas que fazia muita falta.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que o projeto que tinham era mais abrangente passando pela limpeza da serra e introdução de um rebanho com cerca de 500 cabeças, tornando-a mais produtiva por se saber que o que se produz ali é de qualidade. E a razão apresentada pelo encerramento tem a ver com a questão que os animais eram negociados no caminho e não chegavam sequer a ir para a feira. A limpeza da serra é uma luta de muitos anos e a questão de não ter sido feita a limpeza com o orçamento participativo foi uma grande perda, mas tudo o que está ao alcance da Junta, tem sido feito.

O **Presidente da AF** retomou da palavra passando a palavra à cidadã **Otilia** que pediu para que se pudesse colocar um pouco de alcatrão na estrada junto à sua área de residência, que após cortarem as raízes dos pinheiros ficou com buracos, colocam gravilha, mas com o tempo e a chuva ela desaparece.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que referiu que iriam ver o que se pode fazer, mas que a questão do alcatrão é um pouco difícil pois o bom alcatrão é difícil de se conseguir, pois fizeram um levantamento das estradas para alcatroar na freguesia e quando é para desviar é difícil pela necessidade de mudar o equipamento. Prometeu que iriam tapar os buracos apesar de considerar que a estrada precisava era de um tapete na sua totalidade.

O **Presidente da AF** retomou da palavra e passou-a a **Leontino Conceição** que cumprimentou todos e questionou sobre os *mails* enviados na semana anterior, se tinham sido rececionados referindo que tinha pedido a colocação de uma placa identificativa indicando Baltaria para colocar no poste junto à Associação de Trás-os-Matos, onde existe uma de Santiago de Litém. Explicou ainda que adquiriu um imóvel em Vila Pouca, mas após emissão da certidão por parte do Município a mesma faz referência a Souto, questionando de qual localidade se trata. Explicou que junto à cabine a placa diz que inicia Vila Cã, então na rua que vira para Vila Pouca já não é Vila Cã, se é Souto deveria estar identificada. Pelo conhecimento do próprio, o Souto só começa junto à casa do Sr. Esmeraldo, mas segundo o Município o Souto começa logo junto à cabine, solicitando à Junta que clarifique a situação e coloque uma placa identificativa.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que disse que tinham recebido o *mail* mas não tinham analisado ainda. Quanto às localidades a Junta terá de se apoiar na Dra. Paula Vieira que é quem gere a toponímia do Município e explicou que existem algumas situações bem complicadas que nem ela consegue resolver. Elucidou que o melhor seria irem ao local e aos outros onde existem outras situações com ela e depois ela alteraria o sistema, em função da realidade.

O **Presidente da AF** retomou da palavra comunicando que tinham recebido um *mail* do cidadão Ruben Rodrigues, que foi lida pelo 1º Secretário e que se referia à aplicação de produtos fitofarmacêuticos nas bermas das estradas de Casais e Trás-os-Matos, procedimento que deixou o cidadão preocupado. O **Presidente da AF** tomou a palavra explicando que se tratava de uma comunicação por escrito e que estavam a cumprir o regimento e o pedido do cidadão e passou a palavra ao **Presidente da JF** que respondeu que este senhor para além de ter feito a comunicação também fez queixa à GNR, que veio ao local, identificou a pessoa que estava a proceder à aplicação, veio à Junta fazer o levantamento da legalidade do produto, onde estava presente o vendedor que apresentou as respetivas certificações, estando tudo legal inclusive o registo de todas as aplicações, à exceção de um armazenamento específico para os produtos, devidamente certificado com vistorias anuais e ter um técnico responsável (engenheiro) e uma vistoria dos bicos de aplicação, que é obrigatório por lei. Explicou que o vendedor tinha referido que em cerca de mais de 400 Juntas de Freguesia cerca de apenas 20 estarão totalmente legais. Informou que neste momento o processo se encontra a decorrer e a Junta corre o risco de poder ser multada, mas que não poderemos deixar de aplicar o produto porque não existe pessoal para limpeza e assim as ervas vão crescer. Explicou ainda que, assim terão de alterar o contrato com a empresa vendedora do produto, acrescentando a parte da prestação de serviços, pois eles já detêm todas as exigências da lei e irão continuar com a aplicação do produto legalmente. Referiu ter conhecimento que ocorreram queixas em outras freguesias.

O **Presidente da AF** retomou da palavra e passou-a a **Ludgero Gameiro** que referiu que deduzindo que quem aplicava o produto seria o funcionário da Junta que tinha feito a formação em conjunto com o próprio, tratando-se de uma formação para aplicação particular e que quem aplica a nível de autarquias e empresas necessita de uma outra formação e tem de seguir outras normais legais, questionando se então seria a empresa a proceder à aplicação dos produtos. O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que explicou que os

## ATAS

agentes que tinham vindo, não tinham colocado qualquer objeção ao número do aplicador. O **Presidente da AF** passou a palavra de novo a **Ludgero Gameiro** que referiu que a sua intervenção vinha apenas no sentido de ajudar, pois aquela pessoa no futuro irá continuar em cima do assunto, eventualmente com o prejuízo para a Junta. O **Presidente da AF** retomou a palavra questionando se o Senhor seria de cá. O cidadão **Virgílio** tomou a palavra questionando se o senhor em questão teria as ervas cortadas em frente a sua casa, pois caso tivesse não teríamos a necessidade de aplicar produto, referindo que na sua própria casa tinha limpado a zona que lhe competia e se todos atuassem assim tudo estaria mais limpo.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF** que quis agradecer a Manuel Gonçalves Mendes pela sua generosa oferta, de uma maquete da Igreja de Vila Cã à imagem de como era antigamente, a qual fez com muita dedicação e entusiasmo e com todos os pormenores.

O **Presidente da AF** retomou da palavra dizendo que se recorda da igreja daquele modo e agradeceu por ser um bom gesto, ficando o reconhecimento por parte do Presidente de Junta. Agradeceu a todos os presentes e lembrou a AF extraordinária do próximo dia 19, onde o público não pode intervir, mas pode assistir, porque não há Assembleias de Freguesia secretas. Em seguida deu por encerrada a Assembleia de Freguesia, quando eram 00h22m, da qual se lavrou a presente ata que irá ser submetida à discussão e aprovação na próxima Assembleia de Freguesia, após o que será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Mesa:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária:



